



Faça parte da LISTA DE TRANSMISSÃO e receba o boletim diariamente. Salve nosso contato (85 99179-1973) e envie um Oi com seu nome e cidade.

Mais notícias em: www.sintsefceara.org.br | Para receber envie email: imprensasintsef@gmail.com | Ano IX - Nº 3456 15/10/2026

FIM DA ESCALA 6X1: CONGRESSO APROVA CONQUISTA HISTÓRICA PARA A CLASSE TRABALHADORA



O Congresso Nacional concluiu, nesta quarta-feira (14), a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 221/2019, que põe fim à escala de trabalho 6x1 e estabelece a redução gradual da jornada máxima de 44 para 40 horas semanais, sem diminuição salarial. Após passar pela Câmara dos Deputados, em maio, a proposta recebeu 75 votos favoráveis e apenas um contrário no Senado, em ambos os turnos. O texto segue agora para promulgação. O senador, e candidato a presidência, Flávio Bolsonaro faltou a votação, por estar comprometido com a classe patronal.

A aprovação representa um marco na história dos direitos trabalhistas brasileiros, comparável, em sua importância social, a conquistas como a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o 13º salário e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Mais do que uma decisão parlamentar, é resultado de uma luta histórica pela redução da jornada e por melhores condições de vida para milhões de trabalhadores.

Uma luta de décadas que ganhou força nas ruas

A redução da jornada de trabalho é uma reivindicação histórica do movimento sindical brasileiro, defendida há décadas pelas centrais sindicais e entidades representativas dos trabalhadores.

Apautaganhounovo impulso com o movimento Vida Além do Trabalho (VAT), fundado pelo deputado Rick Azevedo (PSOL), que transformou a insatisfação com a escala 6x1 em uma mobilização nacional. A articulação ganhou força no Congresso com a atuação da deputada Erika Hilton (PSOL-SP), autora da PEC 8/2025, e somou-se à proposta apresentada em 2019 pelo deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), que deu origem ao texto aprovado.

O presidente Lula também teve uma participação decisiva para aprovação da PEC, ao tornar essa pauta prioridade no seu mandato, articulando diretamente com as presidências da câmara e do senado.

A mobilização ultrapassou as redes sociais

e ocupou as ruas, reunindo trabalhadores, estudantes, sindicatos e movimentos populares em manifestações por todo o país. A pressão também chegou diretamente ao Congresso, por meio de campanhas, atos públicos e cobranças aos parlamentares.

A força da mobilização popular foi determinante para ampliar o apoio à proposta, levando inclusive deputados e senadores de partidos de direita a votarem favoravelmente ao fim da escala 6x1. A votação expressiva demonstrou que a organização da sociedade pode influenciar decisões políticas e superar resistências em torno de pautas de interesse da classe trabalhadora.

Sintsef-CE faz parte dessa luta

A pauta também integrou as mobilizações da Condsef/Fenadsef, e do Sintsef-CE, em 2025 e 2026. Em conjunto com entidades filiadas, a Confederação participou das Marchas da Classe Trabalhadora, em Brasília, e das atividades do 1º de Maio, defendendo o fim da escala 6x1 e a ampliação dos direitos trabalhistas.

Como será a transição para a nova jornada?

A mudança não será imediata. Após a promulgação da emenda constitucional, haverá um prazo de 60 dias para a redução da jornada máxima de 44 para 42 horas semanais, com dois dias de descanso remunerado por semana.

Passados mais 12 meses, o limite será reduzido para 40 horas semanais, mantendo-se os salários. A transição permitirá a adaptação das escalas de trabalho às novas regras constitucionais.

Conquista histórica exige vigilância contra possíveis retrocessos

Apesar da vitória, a preservação dos direitos conquistados continuará exigindo mobilização, principalmente no debate entre os presidentiáveis. O candidato Flávio Bolsonaro já disse abertamente ser favorável à propostas de flexibilização das relações de trabalho, incluindo modelos de contratação e remuneração por horas trabalhadas, o que representa novos desafios para a proteção dos trabalhadores.

A possibilidade de futuras mudanças na legislação trabalhista ou na Constituição, também afirmada por Flávio em entrevistas, reforça a importância da vigilância sobre os rumos políticos do país. Para o movimento sindical, permitir que a jornada seja definida predominantemente por negociações individuais entre patrões e empregados pode ampliar a vulnerabilidade dos trabalhadores, diante da desigualdade existente nessas relações.

O Sintsef-CE comemora essa vitória como uma conquista de toda a classe trabalhadora. Embora a medida não altere diretamente a jornada da maioria dos servidores públicos federais, e reafirma seu compromisso com a luta conjunta da Condsef/Fenadsef e da CUT.



Para saber mais acesse
as nossas mídias sociais!

Boletim editado pela Assessoria de Comunicação

Coordenação: Petrônio Soares e Lucy Mary Matos

Jornalistas: Letícia Alves e Junior Tavares (5050/CE)

Estagiários de comunicação: Mariah Salvatore e Guilherme Azevedo

#EMDEFESADAVIDA #EMDEFESADOSERVIÇOPÚBLICO